

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE CAMPONESES NORDESTINOS O CASO DE SERGIPE.

José Alexandre F. Diniz. (*)

1 - Introdução

O modo camponês de produzir é bastante importante no Nordeste brasileiro. Se considerarmos que até 20 hectares, os estabelecimentos agrícolas representam maciçamente essa categoria, aprende-se a importância dos camponeses nessa região brasileira, onde existem 2.222.688 unidades de produção até essa dimensão. Esses estabelecimentos ocupam 6.923.195 pessoas, o que corresponde a 39,1% da população rural estimada para 1985. É importante levar em conta, ainda, que dessas unidades consideradas camponesas são extraídos 29,6% do valor da produção agrícola do Nordeste, apesar de sua área total chegar apenas, a 9,1% da superfície dos estabelecimentos agrícolas e os seus produtos serem geralmente aqueles de menor valor unitário.

A produção camponesa, inserida no modo capitalista dominante, desenvolve estratégias de sobrevivência, responsáveis por uma forte tendência à persistência, que, se nem sempre é percebida a nível individual, é visível a nível do setor em seu conjunto. Mas essas estratégias não são sempre as mesmas, variando conforme a situação econômica geral do país, as condições e a capacidade de cada família camponesa (em termos das características internas da unidade de produção e suas relações com o meio) e a maior ou menor pressão das formas não campesianas de ocupação do espaço rural. E o conjunto desses três fatores encontra diferentes ressonâncias no espaço, fazendo com que

nas diversas unidades do território surjam variadas situações de ameaças à reprodução camponesa e de estratégias para essa manutenção ou até ampliação.

É preciso dar conta da diversidade espacial, e talvez aí resida a contribuição do geógrafo ao estudo do campesinato, respeitando e compreendendo as diferenças entre camponeses fortes e fracos, evitando a generalizações extremas que camuflam as individualidades.

O estudo das estratégias camponesas em Sergipe foi efetuado com base em 400 questionários aplicados em 39 unidades espaciais, representativas da situação no litoral, zona canavieira, Agreste e Sertão (DINIZ, 1993).

2 - As Diferenças Intrarregionais

O campesinato nordestino é bastante diferenciado, indo desde os pequenos agricultores da lavoura de "toco" do Maranhão aos "gauchos" capitalizados de lavoura de soja no oeste baiano, dos moradores de pequenos sítios das áreas canavieiras aos rizicultores do baixo São Francisco, dos pequenos criadores do Sertão semi-árido aos "burareiros" da região do cacau. Apesar da grande generalização, os dados estatísticos a nível de Estado permitem inferir essa extrema diferenciação. Em 1985, o valor dos bens agrícolas dos estabelecimentos de menor de 20 ha mostram que a situação dos camponeses de Sergipe e Pernambuco é a melhor em relação ao

(*)Professor Visitante da Universidade Federal de Sergipe

conjunto da agricultura, embora o valor dos bens por hectare expresse de forma bem mais nítida a posição de Sergipe no conjunto regional. Já o valor dos bens por pessoa ocupada já destaca Sergipe e Bahia, enquanto Pernambuco e Alagoas ocupam, respectivamente, a terceira e quarta posições. É preciso considerar, ainda, o nível muito inferior do Maranhão e do Piauí, enquanto os demais Estados assumem uma posição intermediária (tabela 1). Analisando-se o valor da produção, surgem diferenças significativas, sobretudo no caso do Maranhão, que obtém o maior valor por hectare, seguido por Sergipe (tabela 2). Mas a relação entre produção e pessoal

ocupado volta a destacar a maior importância das estruturas camponesas de Sergipe e de Pernambuco no conjunto regional, havendo, ainda, um certo destaque para a Bahia, o Ceará (na relação com pessoal ocupado) e Alagoas (na relação com a área).

É possível que a presença de áreas de exceção em diferentes proporções nesses Estados explique parte da variedade observada, e o mesmo se pode afirmar para a maior ou menor significação das áreas semi-áridas nas diversas unidades. Mas, certamente, também entram na explicação, entre outros, fatos como a distribuição da terra, a ação

TABELA 1

REGIÃO NORDESTE

VALOR DOS BENS DOS ESTABELECIMENTOS CAMPONESES

1985

Estados	Valor dos bens dos estab. de menos de 20 ha (Cz 1.000,00)	% no total dos bens agrícolas	valor/ hectare	valor/ pessoal ocupado
MA	3.277.212	11,7	3,98	2,44
PI	1.871.151	16,7	2,99	3,31
CE	6.107.473	21,2	5,09	7,56
RN	2.051.541	16,3	5,40	7,96
PB	3.933.173	19,9	5,94	7,57
PE	8.918.858	27,0	7,73	9,90
AL	3.603.782	17,4	8,73	8,80
SE	4.274.986	27,8	13,50	15,42
BA	26.830.837	13,6	9,60	14,59

Fonte de dados: IBGE, Censo Agropecuário, 1985.

TABELA 2

REGIÃO NORDESTE

VALOR DOS BENS DOS ESTABELECIMENTOS CAMPONESES

1985

Estados	Valor dos bens dos estab. de menos de 20 ha (Cz 1.000,00)	% no total dos bens agrícolas	valor/hectare	valor/pessoal ocupado
MA	1.496.598	51,5	1,82	1,11
PI	479.979	40,8	0,77	0,85
CE	1.247.663	36,2	1,04	1,54
RN	339.973	25,1	0,89	1,32
PB	736.410	33,2	1,11	1,42
PE	1.750.010	32,2	1,52	1,94
AL	528.269	17,8	1,28	1,29
SE	502.759	43,0	1,59	1,81
BA	2.843.935	22,1	1,02	1,55

Fonte Dados: IBGE, Censo Agropecuário, 1985

governamental e os níveis de modernização encontrados nos diferentes Estados. E, nesse último aspecto, é muito nítida a posição de superioridade de Sergipe enquanto ao emprego de fertilizantes químicos, defensivos e mecanização (tabela 3), seguido pelos outros três Estado mais meridionais. Em suma, os dados parecem indicar a presença de uma estrutura camponesa menos frágil e mais capitalizada e moderna em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia seja nessa zona que as estratégias de reprodução obtenham melhores resultados. É possível, assim, que a situação encontrada em Sergipe seja mais representativa desse conjunto de unidades do

que de áreas mais afastadas, como o Maranhão ou o Piauí, onde, tudo indica, parece haver um campesinato mais frágil.

3 - A reprodução do Campesinato Sergipano.

O campesinato em Sergipe é bastante forte e sua produção significativa no conjunto do Estado. De fato, os estabelecimentos de menos de 20 hectares produziram, em 1985, 52,4% do algodão, 88,8% da mandioca, 46,3% do milho, 60,8% do feijão, 90,0% do arroz, 46,3% do coco-da-baía, 52,3% da laranja, 71,7% da banana, 26,0% e 65,1% dos

TABELA 3

REGIÃO NORDESTE

VALOR DOS BENS DOS ESTABELECIMENTOS CAMPONESES

1985

Estados	Valor dos bens dos estab. de menos de 20 ha (Cz 1.000,00)	% no total dos bens agrícolas	valor/hectare	valor/pessoal ocupado
MA	3.277.212	11,7	3,98	2,44
PI	1.871.151	16,7	2,99	3,31
CE	6.107.473	21,2	5,09	7,56
RN	2.051.541	16,3	5,40	7,96
PB	3.933.173	19,9	5,94	7,57
PE	8.918.858	27,0	7,73	9,90
AL	3.603.782	17,4	8,73	8,80
SE	4.274.986	27,8	13,50	15,42
BA	26.830.837	13,6	9,60	14,59

Fonte de dados: IBGE, Censo Agropecuário, 1985.

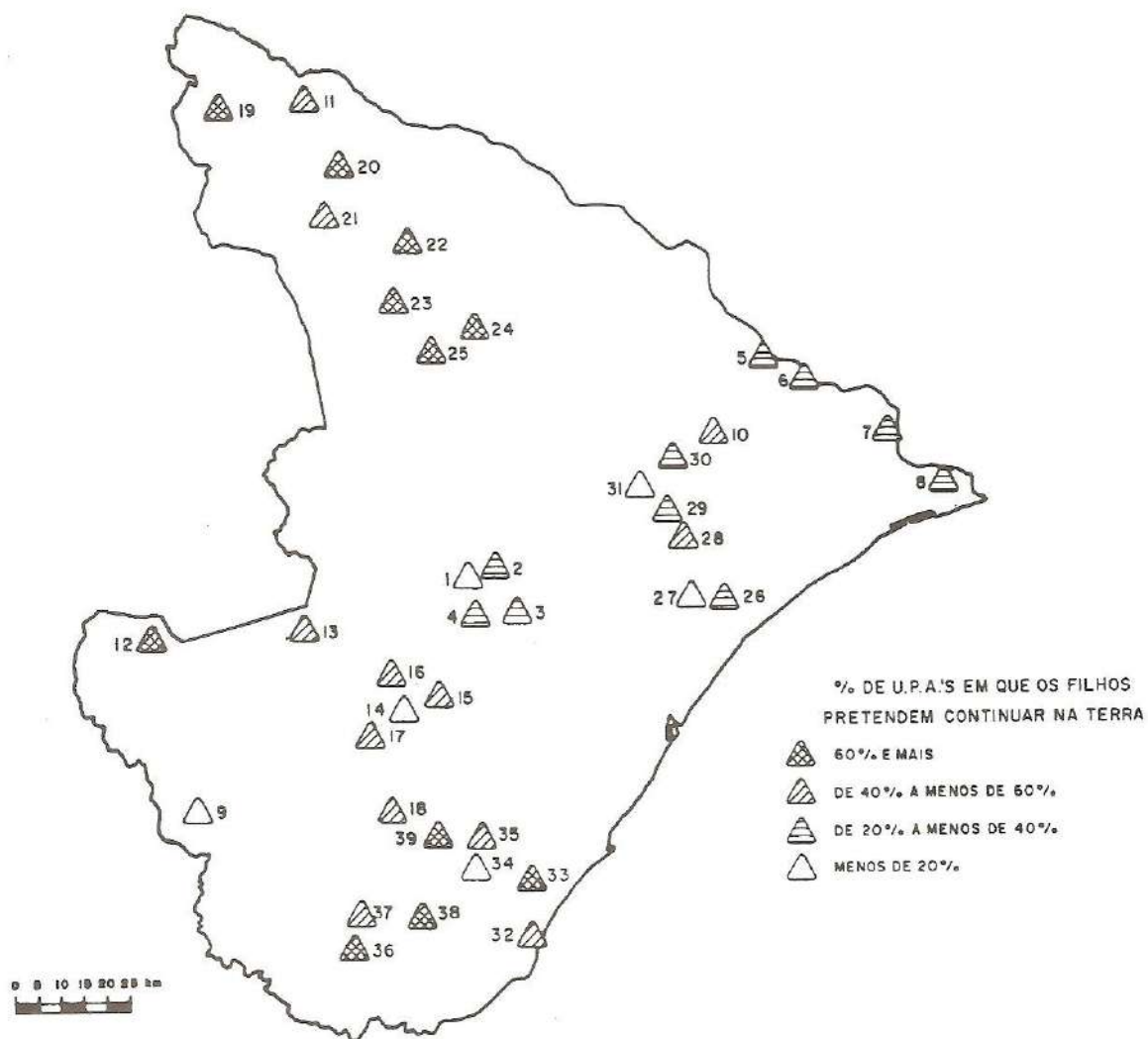
bovinos e suínos vendidos e abatidos, respectivamente 23,6% do leite e 75,5% dos ovos produzidos no Estado. E essa estrutura camponesa tende a permanecer e até a se ampliar, pois, entre 1970 e 1985, os estabelecimentos de menos de 20 ha aumentaram 22,5% em número a 14,1% em área. Aliás, é preciso considerar, nesse ponto, que essa categoria dimensional expandiu sua área em maior proporção do que os estabelecimentos maiores, que cresceram apenas 9,3% nos 15 anos em consideração. Analisando a situação das unidades camponesas pesquisadas, também se percebe a tendência à persistência, pois em 42,6% das unidades os filhos dos responsáveis pretendiam, explicitamente permanecer na terra. E, demonstrando uma nítida relação positiva entre esse fato e as condições econômicas e culturais da família, essa percentagem chegará a níveis superiores a 60% em áreas do Sertão e

da zona citricultora (Fig. 1).

Não se pode deixar de considerar, entretanto, que a persistência camponesa é ameaçada interna e externamente, mantendo-se apenas graças a estratégias que são desenvolvidas no interior da unidade de produção cuja organização visa a manutenção do equilíbrio produção - consumo. (Chayanov, 1974).

Internamente à unidade produtora (Fig 2), esse equilíbrio sofre três tipos de ameaças. Em primeiro lugar, surgem as mudanças nos padrões de consumo rural, representadas pela modernização das condições de vida e da agricultura e induzidas pelas novas relações campo-cidade. A eletrificação rural e a televisão estimulam a compra de eletrodomésticos e o consumo de bens e serviços. A cada dia se torna mais frequente o uso da motocicleta e a presença, em residências camponesas, de geladeiras, conjuntos de som, televisão

FIGURA 1
TENDÊNCIA DE PERSISTÊNCIA CAMPONESA
1993



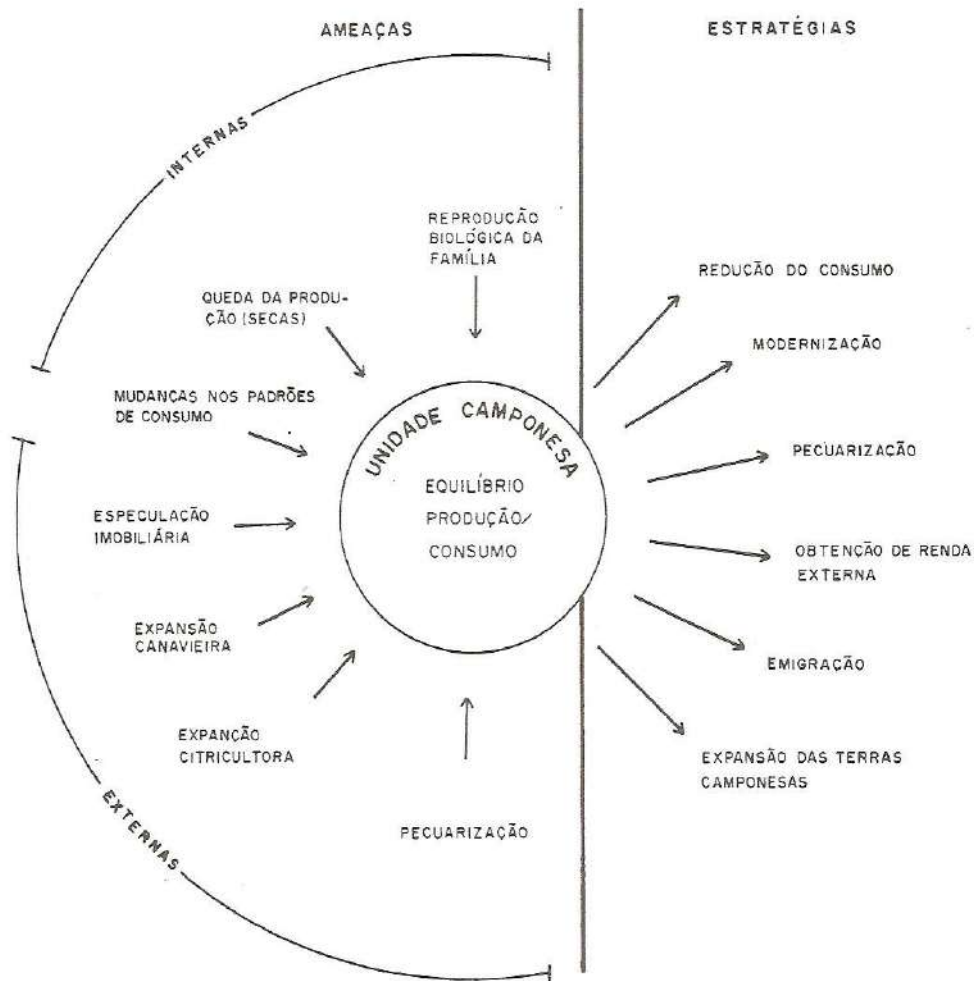
colorida etc, havendo já casos até de instalação de video-cassetes e antenas parabólicas. Além disso, o uso crescente de fertilizantes, sobretudo químicos, de agrotóxicos e de mecanização implica num aumento dos custos da unidade, sobrecarregando o orçamento familiar. O segundo tipo de ameaça é a ocorrência de secas periódicas, que afeta o equilíbrio pelo lado da redução da produção. Além disso, uma seca pode acarretar novos custos de produção, como ocorre com pequenos pecuaristas do Sertão, que são obrigados a comprar água para os rebanhos, mesmo assumin-

do uma drástica redução da produção de leite. O terceiro tipo de ameaça reside da reprodução biológica da família camponesa que se dá em níveis bem superiores à possibilidade de ampliação das terras camponesas.

Externamente as ameaças se materializam em quatro formas de competição pela terra, que afetam a família pela valorização excessiva de sua propriedade, gerando expectativas de uma vida futura, e geralmente urbana, em níveis bem superiores à que é submetida pela sua condição camponesa. No litoral, a especulação imobiliária, visando

FIGURA 2

AMEAÇAS E ESTRATÉGIAS DOMINANTES NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO CAMPONESA 1993



loteamentos urbanos ou para lazer, cria condições de competição extremamente desvantajosa para a produção agrícola, no Cotinguiba e nos Tabuleiros setentrionais a lavoura canavieira, revitalizada pelo Pró-Álcool, exerce uma pequena pressão sobre as pequenas unidades, sobretudo nas fronteiras de expansão da mancha canavieira.

Além disso, a necessidade crescente de novas áreas para o plantio da cana-de-açúcar reduz a oferta de terras para a lavoura em valorização indireta. No centro-sul do Estado, a expansão da citricultura capitalista acaba por incorporar às médias e grandes unidades al-

guns pequenos estabelecimentos camponeses, embora esse processo tenha sido maior no passado, quando da implantação da nova cultura. Em diversas zonas do Estado, sobretudo no litoral e no Agreste, a pecuarização mais intensiva em grandes propriedades também exerce alguma ameaça à manutenção de unidades camponesas, sobretudo aquelas mais frágeis. A pecuarização também afeta o camponês pobre e sem terra, sobretudo quando a adoção de gramíneas resistentes à seca vêm aos poucos, eliminando a roça tradicional para renovação de pastos, que sempre foi uma forma tradicional de expansão da terra camponesa.

Não se pode esquecer, assim, que a competição com a agricultura capitalista e a conseqüente valorização das terras não só afeta os estabelecimentos camponeses já assentados, como reduz a possibilidade de ampliação das unidades temporárias e, além disso, diminui a capacidade de aquisição de novas terras pelas famílias camponesas em expansão.

O processo de reação camponesa se faz através de seis tipos dominantes de estratégia.

A primeira estratégia é a redução do consumo, inclusive o abastecimento familiar, que é muito utilizada quando de uma súbita redução da produção causada, por exemplo, pela seca. A redução pode se dar, também a nível dos insumos, como se tem observado ultimamente na zona citricultora (em parte para compensar o fechamento do sistema financeiro) e, por exemplo, na zona canavieira tradicional. Aí, algumas áreas de lavoura camponesa tradicional de cana-de-açúcar chegaram a mudar a orientação da agricultura - passando para a mandioca e coco-da-baía - por não poderem arcar com os custos crescentes dos fertilizantes químicos.

A segunda estratégia é a modernização da agricultura visando o aumento da produção. A modernização pode corresponder à substituição de produtos tradicionais por atividade mais rentável, como a citricultura ou a pecuária leiteira, mas geralmente está ligada ao uso de insumos modernos.

Comparando-se a mecanização com a de aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, observa-se que algumas áreas têm uma forte tendência ao maior emprego de máquinas em relação aos outros insumos, como é o caso do Miranda (Capela), onde vão aparecer muitos camponeses canavieiros, das várzeas de Brejo Grande, de certas áreas do Sertão (como Maravilha-Monte Alegre de Sergipe e Lagoa Redonda (Porto

da Folha), do São José e do Projeto Jabiberi. Por outro lado, existem áreas onde a cientificação é mais destacada de forma relativa, como os pés-de-serra de Itabaiana e diversos pontos da área citricultora, pois, aí, o cultivo perene tende a reduzir a necessidade de mecanização à medida que os pomares são formados. Uma análise global de todos os elementos de modernização (DINIZ, 1993, pp. 117/120), mostra que as áreas pesquisadas podem ser classificadas em quatro grupos (Figura 3).

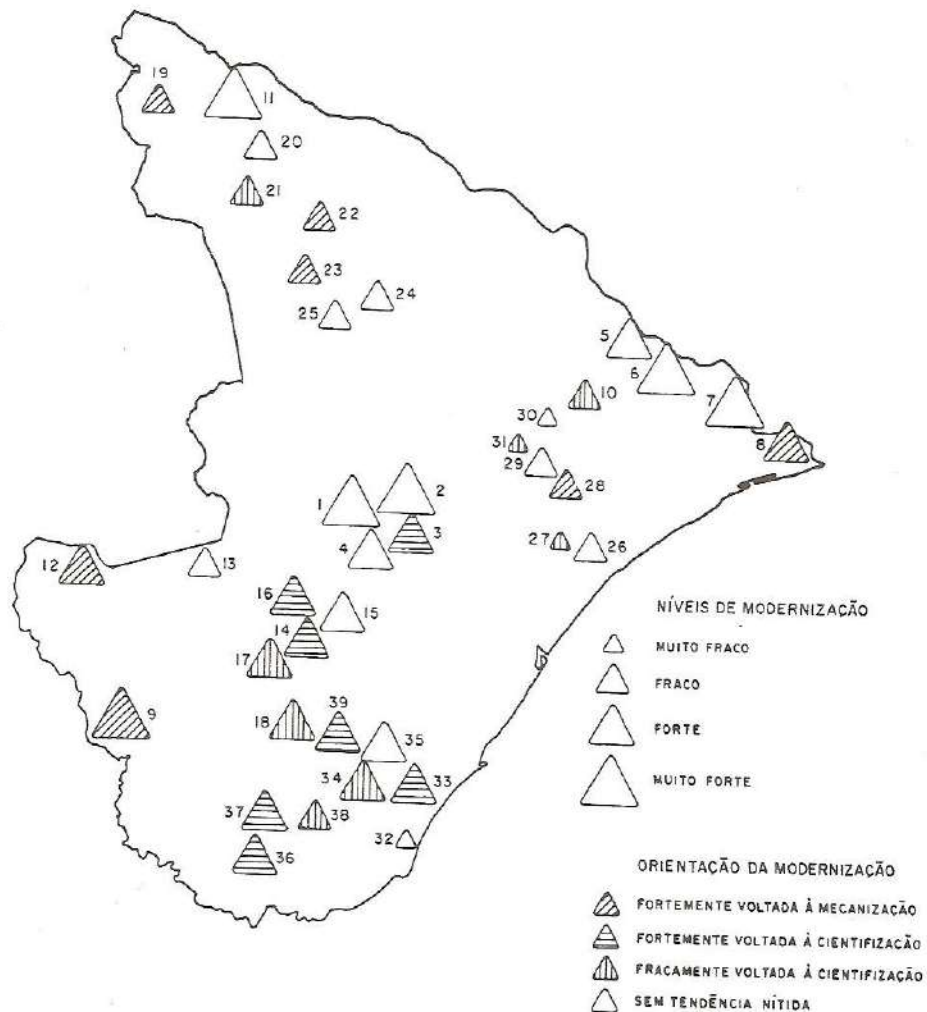
1) modernização muito forte, com destaque tanto a mecanização como para aplicação de fertilizantes e agrotóxico, (pois apenas no Jabiberi, a aplicação desses elementos mais ligados à ciência não atinge 75% dos camponeses). Esse nível de modernização é encontrado nos Projetos Betume e Cotinguiba-Pindoba, no Baixo São Francisco, Açude da Macela, em Itabaiana, e nos perímetros irrigados Califórnia, Jacarecica e Jabiberi;

2) modernização forte, com predomínio de uma orientação para uso de agrotóxico e fertilizante, em primeiro lugar, ou mista, em segundo, pois só há nítida tendência pra maior emprego de mecanização no São José (Poço Verde) e em Brejo Grande (onde a lamo do rio São Francisco explica a redução do uso de fertilizantes). Esse nível de modernização vai predominar no sul do Estado, basicamente na zona citricultora, ocorrendo, ainda, nos Projetos Ribeira e Propriá e nos pés-de-serra de Itabaiana;

3) modernização fraca, com maior destaque em áreas onde a mecanização e a cientificação se equilibram, encontrada em Simão Dias, no Itapecuru, em áreas da Cotinguiba e no Sertão (talvez porque a mensuração não dê conta, com propriedade, da modernização da pecuária, sendo mais expressivo para o emprego de tecnologia moderna na lavoura);

4) modernização muito fraca, encontra-

FIGURA 3
**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
 CAMPONESA
 1993**



da em áreas da Cotinguiba e, sobretudo, no Litoral.

A existência de um número expressivo de lugares (64,1% deles) onde a tendência à mecanização ou a cientificação não são muito fortes, mostra que a modernização penetra no sistema camponês como um pacote tecnológico no qual se inserem o trator, os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas e até a irrigação.

Não resta dúvida que o grande agente de modernização é o Estado, não

só através dos projetos agrícolas e dos perímetros irrigados, como de agências de assistência técnica e de postos de venda de insumos, como a EMATERSE, a COHIDRO, a CODEVASF. Não é sem razão, assim, que os mais elevados índices de modernização sejam encontrados em projetos governamentais como o Califórnia e Jacarecica. Todavia, as cooperativas e associação de moradores têm também desempenhado um papel importante na modernização camponesa, apesar de fracassos como o da Cooperativa Esperança, ligada originalmente à

PRHOCASE, ou a problemas conjunturais e administrativos que ocorrem em outras, inclusive irregularidades financeiras, como parece ter ocorrido em cooperativas ligas aos agricultores dos projetos de Baixo São Francisco. Mas há casos muitos positivos, como das associações ligadas aos projetos da FUNDASE, que adquirem e repassam fertilizantes aos seus membros, além do exemplo nacionalmente conhecido da COOPERTREZE (Cooperativa Agrícola Mista dos Agricultores do Treze), sem dúvida a cooperativa mais importante do Estado. A expansão da citricultura se deu, em parte representativa, com agricultores vinculados a essa cooperativa, que favorecia seus cooperados com o aluguel de tratores e, inclusive, de máquinas pesadas para derrubada de matas nas áreas de ocupação recente como muitos eram, originalmente, trabalhadores sem terra e descapitalizados, o cooperativismo jogou-os direta e imediatamente em elevados níveis de modernização (WANDERLEY, p. 76). Mas o cooperativismo ainda tem um longo caminho a percorrer entre os camponeses de Sergipe. Apenas 19,8% dos entrevistados na pesquisa de campo eram associados a alguma cooperativa ou associação e, de fato, muito poucos mostraram algum interesse nesse campo. A cooperativa é algo sempre externo a ele, um organismo ao qual não pertencem e que enganam, com certa satisfação e malícia, quando vendem diretamente sua produção ao atravessador. De forma ainda muito incipiente, a modernização está também ligada à formação de um complexo agro-industrial no sul do Estado, centrado nas fábricas de sucos concentrados e na Amido-Glucose, de Estância.

A modernização traz benefícios mas cria necessidades novas as várzeas do São Francisco, protegidas por diques, não mais se beneficiam do lodo trazido pelas enchentes. Agora a rizicultura só

se processa através de maciça aplicação de fertilizantes químicos. A motorização, ao menos para o preparo do solo, exige um montante de capital de exploração que pesa no orçamento do camponês. O emprego de agrotóxico cria resistência que exigem o uso continuado e em quantidades crescentes de produtos cada vez mais venenosas. Para compensar esse novo atrelamento à indústria, é preciso que a produção cresça e os ingressos monetários para a família sejam suficientes para, ao menos, manter o equilíbrio produção consumo anterior.

A terceira estratégia camponesa é a pecuarização, que ocorre de forma intensiva em todas as regiões do Estado e em todas as categorias dimensionais. Entre 1970 e 1985, a área em pastos plantados nos estabelecimentos de menos de 20 hectares cresceu 39,4%, e o que é mais espantoso é que o aumento nas unidades de menos de 1 ha, foi de 24,1%. Os rebanhos bovino e suíno cresceram, no mesmo período, 61,6% e 134,0% respectivamente e enquanto a produção de leite aumentou 118,3% e de ovos 157,9%. A tendência geral é de uma pecuarização melhorada, em que já ocorre preocupação com a qualidade do rebanho e sua alimentação. Os rebanhos bovinos dos camponeses já são mestiços, inclusive com gado holandês nas áreas de produção leiteira, e as pastagens são complementadas com ração de produção doméstica ou industrializada. A pecuária não só representa uma maior segurança para o camponês como pode também representar, no caso de gado menor, de aves e de leite, uma fonte semanal de renda, extremamente importante para a subsistência da família.

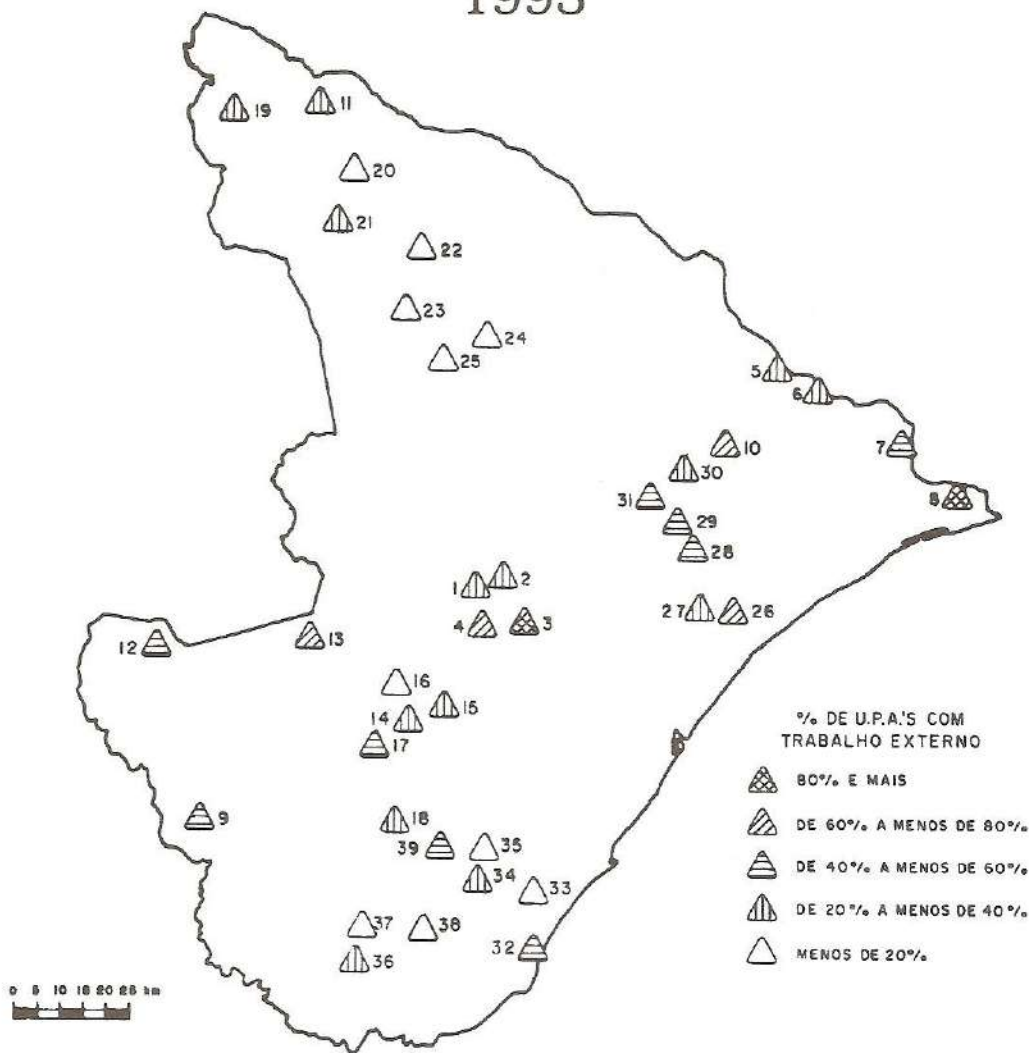
Outra estratégia do camponês, visando o aumento do orçamento familiar é a obtenção de renda externa à unidade produtiva. Em 34,7% das entrevistas realizadas no campo, as famílias desenvolviam alguma atividade remunerada fora da ocupação agrícola no próprio

estabelecimento ou trabalhavam fora dele, em ocupações agrícolas ou não. Considerando a percentagem de famílias que complementam a renda dessa maneira (Fig 4), observa-se sua menor importância no Sertão e na zona citrícola, como a indicar uma certa tendência de redução do trabalho externo à medida que melhoram as condições econômicas do camponês.

O trabalho externo pode se dar na própria atividade agrícola, e não são poucos os camponeses e familiares que se empregam em sítios ou em grandes

propriedades, às vezes até bem distantes e por períodos que podem cobrir até a entressafra. Filhos de agricultores do São José, por exemplo, vão para São Paulo participar do corte da cana-de-açúcar, retornando com novos recursos financeiros para ajudar no período da nova plantação que se inicia. Na Cotinguiba, os camponeses se assalariam no 'pique' do corte da cana-de-açúcar em Penedo ou Neópolis. É interessante notar que a percepção do trabalho externo como estratégia camponesa já existia quando da implantação das

FIGURA 4
TRABALHO CAMPONÊS FORA DO ESTABELECIMENTO
1993



fazendas comunitária da PRHOCASE, que recomendava aos parceiros não abandonarem o trabalho assalariado nas fazendas, embora alguns o fizessem assim que melhoravam suas condições econômicas (OLIVEIRA, p. 103). Diferentemente, os assentamentos rurais do INCRA optaram por fornecer uma bolsa de alinhamentos da FAQ, a fim de que os parceiros não exercessem qualquer atividade complementar nas fazendas próximas. Essa incompreensão do papel do trabalho complementar é um risco sério para a reprodução do próprio campesinato aí localizado. O trabalho externo também ocorre em atividades não agrícolas, e esse fato está presente em 19,8% dos camponeses entrevistados, sobretudo do Itapecuru (em razão do destaque da atividade como feirante), em Cruz do Pinga-Fogo/Aguada, no litoral, onde a pesca nas lagoas (sobretudo de camarão no período do inverno) pode chegar a constituir 1/3 da renda familiar, no Projeto Ribeira e nos pés-de serra de Itabaiana. Há bastante emprego nos serviços públicos municipais e estaduais, a exemplo de serventes de escolas e professoras primárias, e também como carpinteiros, pedreiros e serventes de pedreiros, inclusive para atender à própria zona rural. É importante o trabalho da mulher em costuras, bordado e outros trabalhos artesanais, a exemplo da produção de redendê no Itapecuru (DINIZ & FRANÇA, p. 338) e de costura no povoado Ilha (Itabaianinha), onde mulheres e crianças se empregam maciçamente na produção de costuras para Tobias Barreto. Já há uma incipiente divisão técnica do trabalho, quando alguns camponeses assumem o trabalho de tratorização, inclusive prestando serviço alugado. É preciso considerar como muito importante a complementação da renda da família camponesa através do recebimento de aposentadorias do FUNRURAL.

Como quinto ponto da estratégia

de reprodução camponesa, o processo migratório tem sido uma constante em Sergipe. De todas as áreas têm partido grandes levadas de trabalhadores rurais expulsos das fazendas e membros de famílias camponesas para outros Estados, sobretudo para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no passado, e hoje ainda para esses focos antigos e para Maranhão, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceu-se intensos fluxos entre as zonas rurais e as cidades, sobretudo Aracaju, que passa a ser foco, cada vez de forma mais intensa, das aspirações dos membros da família que não se podem manter na terra. É interessante observar que, de certa forma, a emigração visando a redução do consumo pode coexistir com a sexta estratégia, que é a ampliação das terras camponesas, porque essa expansão tanto pode existir quando uma família compra ou arrenda terras, como quando a família se desmembra e os filhos mudam para outro estabelecimento em outras áreas. Há um intenso comércio de terras entre os camponeses, que nele costumam empregar parte substancial do excedente acumulado, pagando inclusive preços acima de um hipotético valor de mercado, mas que correspondem à lógica camponesa de utilidade. Cerca de 26% dos camponeses entrevistados já possuem mais de um estabelecimento, sendo frequente a declaração de que é preciso comprar terra para assegurar o futuro dos filhos, sobretudo nos pés-de-serra de Itabaiana e no São José (Poço Verde) onde é comum a existência de camponeses com mais de 200 tarefas divididas em vários estabelecimentos, inclusive em Adustina (Bahia), centro do anel feijoeiro que aí se implantou (DINIZ & FRANÇA, 1990, p. 299). Há uma forte migração para a zona citricultura mais antiga e sua expansão recente para Umbaúba e Cristinápolis. No Sertão, há uma onda migratória para oeste, sempre em busca de terras mais baratas,

passando os focos de imigração de Nossa Senhora da Glória para Canindé de São Francisco e chegando hoje a Santa Brígida, na Bahia. Os projetos de irrigação se constituem em focos de imigração, sobretudo nos perímetros de sertão sergipano, vistos como 'oásis' para agricultores de áreas circunvizinhas. O próprio critério de distribuição das parcelas nos projetos de irrigação estimula a migração, pois os perímetros passam a ser percebidos como área de redenção na psicologia camponesa (DINIZ & FRANÇA, 1990, p. 144).

Nessa questão da ampliação das terras camponesas é preciso voltar a lembrar a atuação do Estado, muito contraditória e sujeita às visões particulares dos agentes que desenvolveu políticas agrárias em determinados momentos, mas que tem sido importante na criação de áreas de predomínio camponês (Fig. 5). É óbvio que as políticas são caracterizadas mais pela preocupação com a produção de gêneros alimentícios e o abastecimento urbano, imbuídas de uma ideologia modernizadora, mas, de qualquer forma, acabam por gerar um campesinato mais forte, aumentando significadamente as possibilidades de sucesso das estratégias de reprodução camponesa em Sergipe.

4 - Referências Bibliográficas

ARAUJO, Hélio Mário de, Da agricultura de subsistência trabalho familiar de pequenos produtores rurais na zona canavieira Sergipana, Dissertação de Mestrado, UFS, Aracaju, 1991.

CHAYANOV, Alexander V., La organización de la unidad económica campesiana, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

DINIZ, José Alexandre F, Camponeses de Sergipe (Versão preliminar), Relatório de pesquisa - CNPq/NPGeo, UFS, Aracaju, 1993.

DINIZ, José Alexandre F. e FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Coordenadores), Áreas de exceção de Sergipe/Alagoas, SUDENE, Recife, 1990, no prelo.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de, Uma experiência de colonização no Cotinguiba Sergipano: as fazendas comunitárias prhocasianas, Dissertação de Mestrado, UFPe, Recife, 1984.

WANDERLEY, Lilian de Lins, Mudanças na utilização da terra e modernização da citricultura sergipana - 1970 - 1985, Dissertação de mestrado, UFS, Aracaju, 1988.